



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

PUBLICAÇÃO
Nº 02199 DO ORINAL
OFICIAL DO MUNICÍPIO
DATADO DE 08/07/23
A) [assinatura]

LEI Nº 5.959, DE 24 DE JULHO DE 2023

Altera dispositivos da Lei nº 3.353, de 16 de março de 1998, referente à instituição do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna – CODEMPACE, consolida-o e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal nº 3.353, de 16 de março de 1998, que “Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna, autoriza instituir o seu Conselho Deliberativo e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Prefeito autorizado a instituir o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna – CODEMPACE, composto de 11 (onze) membros efetivos e suplentes, com representação do Poder Público Municipal e da área cultural, artística e ecológica representativa da sociedade civil, de notório conhecimento da matéria, e/ou disponibilidade para transitar no CODEMPACE, inclusive participando de cursos e/ou capacitações, tendo como finalidade zelar pelo patrimônio de que trata o artigo anterior desta Lei e propor o seu tombamento, além de outras atribuições que serão definidas no próprio Decreto que o instituir.

***Parágrafo único.** Dos 11 (onze) membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna, 5 (cinco) deverão ser obrigatoriamente procedentes da Sociedade Civil e 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal.”*

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 3.353, de 16 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo deverá ter um livro de Tombo sob o controle e responsabilidade do Setor de Patrimônio, para inscrição dos bens a que se refere o artigo 1º desta Lei, cujo tombamento será decretado pelo Prefeito Municipal, após proposta fundamentada do Conselho Deliberativo.”

Art. 3º Fica alterado o artigo 4º da Lei nº 3.353, de 16 de março de 1998:

“Art. 4º Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ser reparados, pintados ou restaurados, sem a prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do seu valor, que será arbitrado pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna – CODEMPACE e cobrado pelo Município do responsável pelos danos, sem prejuízo da ação penal correspondente.”



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação da Lei nº 5.959/23 – Fl. 2

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 3.353, de 16 de março de 1998.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna-MG, 24 de julho de 2023.


Neider Moreira de Faria

Prefeito do Município de Itaúna


Ilmiane Lopes Cardoso

Secretário Municipal de Turismo e Cultura


Guilherme Nogueira Soares

Procurador-Geral do Município